

Osório mostra armas contra a mortalidade

Só uma política de saúde que considere, prioritariamente, o atendimento à mãe e à criança, em todo o território nacional, associada a um combate sistemático às moléstias endêmicas e às epidemias, poderá reverter o quadro triste da mortalidade infantil no Brasil hoje. É baseado no programa do PFL, o qual pretende defender caso seja eleito senador na Assembleia Constituinte, que Osório Adriano estabeleceu suas diretrizes na área de saúde.

O candidato a senador mostrou-se satisfeito com as últimas estatísticas anunciadas pelo IBGE e a UNESCO, constatando uma redução na taxa de mortalidade infantil no Brasil, nos últimos seis anos. Mas ele acredita que o País precisa conscientizar-se de que ainda fizemos muito pouco pela população neste setor e os números continuam preocupantes:

A consciência de cada constituinte deve estar colocada ao lado dos leitos de hospitais e berçários, onde crianças subnutridas e desassistidas são candidatas potenciais a incluir-se nesta triste estatística. Reduzimos a mortalidade infantil de 1980 para 84; agora, de cada mil crianças, 68 continuam morrendo antes de completar um ano, enquanto há seis eram 88 que morriam. Mas este número está muito distante dos padrões aceitáveis. Todos sabemos que reduzir esta mortalidade deve ser questão de estado, prioridade política para qualquer governo. A ênfase absoluta no atendimento à gestante e à criança não pode ser apenas meta de Governo,

mas uma norma permanente e forte na Carta Constitucional.

Osório citou vários países latino-americanos que, em estágio idêntico de desenvolvimento econômico ao do Brasil, já conseguem oferecer melhores condições de saúde às suas populações, ainda que as diferenças sejam pequenas. "Mesmo mergulhados em sérios problemas de ordem política, social ou econômica, países como o Panamá e o Chile já não vêem tantas crianças morrerem antes de um ano. Hoje, vivemos uma situação que, pela primeira vez, é melhor do que a média em toda a América Latina; mas continuamos distantes da média de mortalidades dos países desenvolvidos", ressalta Osório Adriano.

O candidato lamentou que metade das mortes infantis poderiam ser evitadas com o simples acompanhamento médico das gestantes. "Em 1984, 25 por cento das mulheres grávidas no País não tinham qualquer tipo de acompanhamento. Mais da metade das grávidas da zona rural davam à luz sem ver o médico uma única vez", revela Osório, enumerando as consequências desta situação de abandono para a maioria da população:

— Uma criança subnutrida vítima de sarampo tem 400 vezes menos chances de sobreviver que outra bem alimentada. E a tão decantada tecnologia, o avanço da medicina em todos os campos, permanece inaccessível para combater a raiz do mal, que é a simples e pura subnutrição.

Os números levantados

pela UNESCO sobre mortalidade infantil indicam que muitos países desenvolvidos viviam, há 20 anos, situações idênticas e tão graves como a brasileira de hoje, mas através do investimento maciço na saúde básica eles conseguiram inverter este quadro, ressalta Osório:

— A União Soviética, em 1950, tinha exatamente o mesmo índice de mortalidade infantil que alcançamos em 84, ou seja, de cada mil crianças 68 não completavam um ano de vida. Em países europeus como a França e a Alemanha, no início da década de 60, a mortalidade era a mesma que temos hoje na região Sudeste, uma das melhores atendidas pelo sistema de saúde oficial.

É na gritante diferença dos níveis de mortalidade infantil entre as regiões brasileiras que Osório vê o reflexo de um modelo de desenvolvimento que jamais procurou atender a toda a população. "No Nordeste, morrem 121 crianças em cada mil, um número só comparável às mais miseráveis áreas da África negra", ressalta o candidato, que também analisou os números referentes ao Distrito Federal:

— Em 1984, morreram 905 crianças com menos de um ano no DF e 28 por cento deste total eram da Ceilândia (254 óbitos). A seguir, nesta lamentável disputa, vem o Gama (16,6 por cento), Taguatinga (15,6 por cento) e o Plano Piloto (13 por cento). As satélites onde se registrou o menor índice de mortalidade infantil naquele ano foram Brasília (2,2 por cento) e Núcleo Bandeirante (2,7 por cento).